
Decisão de Impugnação ao edital do Pregão Eletrônico 90002/2026

De LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

Data Qua, 2026-02-11 10:50

Para Felipe Dytz <felipedytz@gmail.com>

Cc Andrea Buschmann <bdapoioempresarial@gmail.com>

Processo nº 21000.060752/2025-66

Interessado: Coordenação-Geral de Logística Institucional - CGLI

Objeto: Aquisição de bens móveis permanentes (mesas, armários e afins)

Assunto: pedido de impugnação. Decisão.

Cuidam os autos do PE 90002/2026 para aquisição de bens móveis permanentes (mesas, armários e afins), cujo edital do certame foi publicado com previsão de abertura da sessão para as 10h do dia 19/02/2026.

O instrumento convocatório dispõe que

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

O inciso [IX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021\[1\]](#) apresenta o conceito de agente de contratação destacando que é parte de suas atribuições **executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação**.

O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022\[2\]](#) e o [art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022\[3\]](#) trazem o rol de atuação do agente de contratação, destacando-se a condução e coordenação da sessão pública da licitação, incluindo receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e **requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos**, caso necessário.

Considerando o teor do pedido de impugnação (SEI nº [50226046](#) e [50228898](#)) e da manifesta incipiência deste pregoeiro quanto aos aspectos técnicos, requisitei subsídios formais aos responsáveis da área técnica pela elaboração do Edital e seus Anexos para encaminhar a resposta solicitada pelo interessado.

Em resposta, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) manifestou-se nos seguintes termos, conforme se verifica no Nota Técnica 26 (SEI nº [50354558](#)):

De forma objetiva, esta equipe de planejamento da contratação busca responder pontualmente cada questionamento realizado pelo impugnante, considerando sobretudo os aspectos técnicos face a produção do Termo de Referência e demais documentos técnicos que integram o referido edital, não sendo objeto de análise a tempestividade e legitimidade do pedido, conforme segue:

"Questionamento 1 – Qual a justificativa técnica para restrição exclusiva à certificação FSC, uma vez que há também a certificação CERFLOR/Inmetro?"

Resposta da EPC: O princípio do desenvolvimento nacional sustentável, exposto na Lei nº 14.133, de 2021, constitui um dos fundamentos das contratações públicas, integrando as dimensões ambiental, social e econômica. O objetivo da norma é fomentar a aquisição de bens que conciliem viabilidade econômica, responsabilidade ambiental e interesse público.

Como parâmetro técnico de mercado para o manejo florestal responsável, utiliza-se a certificação do Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council – FSC), que assegura a origem legal e sustentável de produtos madeireiros. É importante destacar, todavia, que a Administração não restringe a participação a detentores exclusivos do selo FSC, mas o estabelece como critério basilar. Em estrito cumprimento ao art. 42, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, serão aceitas certificações equivalentes que atendam aos mesmos critérios de rastreabilidade e rigor ambiental.

Ademais, conforme estabelecido no subitem 2 do Anexo III - Especificações Técnicas, características diversas das especificadas poderão ser admitidas, desde que resguardada a finalidade e a qualidade técnica exigida, ficando a critério do MAPA a sua aceitabilidade.

"Questionamento 2 – Qual a justificativa técnica para exigir o atendimento a determinada norma técnica sem determinar o parâmetro de aprovação?"

R.: É essencial que a Administração adquira produtos que apresentem condições de qualidade e usabilidade compatíveis com as necessidades institucionais. Para evitar critérios subjetivos de avaliação, a EPC fundamentou as especificações técnicas em normas editadas por organismos normatizadores reconhecidos.

A exigência de conformidade às normas da ABNT assegura um padrão mínimo de segurança e desempenho. Os parâmetros de aprovação encontram-se definidos nas próprias normas técnicas referenciadas, sendo desnecessária sua reprodução integral no edital. Cabe ao licitante demonstrar que o produto ofertado atende aos critérios técnicos estabelecidos nas normas aplicáveis por meio de certificados e laudos, quando aplicáveis.

"Questionamento 3 – Qual a base legal para exigência de certificação sem a devida acreditação da CGCRE/Inmetro?"

R.: A exigência de certificados e laudos visa garantir critérios de durabilidade, ergonomia e segurança. Dada a complexidade técnica para avaliação direta pela Administração, utiliza-se o respaldo de organismos de certificação.

No caso em análise, as certificações exigidas têm natureza ambiental e de qualidade do produto, não se confundindo com certificações compulsórias sujeitas ao regime de acreditação do Inmetro. A Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência de comprovação técnica idônea, emitida por organismos competentes, nacionais ou internacionais, desde que aptos a atestar o atendimento aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência e em seus anexos.

"Questionamento 4 – Qual a justificativa técnica para exigência de laudos de ensaio referentes a embalagens, uma vez que o objeto da licitação não é este, bem como os produtos podem ser acondicionados em papelão?"

R.: A exigência de laudos relativos às embalagens não tem por finalidade a contratação destas como objeto, mas sim a garantia da integridade, conservação e segurança dos bens durante as etapas de transporte, armazenamento e

entrega.

Considerando o valor da contratação e a logística envolvida, o acondicionamento adequado é fator essencial para mitigar riscos de avarias, retrabalho e prejuízos ao erário. O uso de papelão ou material equivalente é admitido, desde que o laudo técnico comprove resistência compatível com a proteção do patrimônio público.

"Questionamento 5 – Qual a espessura mínima de cada tinta?"

R.: A Administração optou por adotar uma especificação baseada no desempenho final do produto, e não na prescrição detalhada do processo produtivo. Dessa forma, não foi fixada espessura mínima de tinta, priorizando-se critérios como resistência, durabilidade e qualidade do acabamento.

A definição do método de pintura e das camadas aplicadas é de responsabilidade do fabricante, desde que o produto final atenda aos requisitos de qualidade e vida útil previstos nas normas técnicas respectivas.

"Questionamento 6 – Qual a justificativa técnica para o atendimento a normas técnicas obsoletas?"

R.: A referência a normas técnicas tem por objetivo a aferição da qualidade dos produtos, conforme autorizado pelo art. 42 da Lei nº 14.133/2021. Eventuais atualizações normativas devem ser interpretadas segundo a prática administrativa, admitindo-se o atendimento às versões mais recentes, desde que preservados ou ampliados os requisitos de desempenho originalmente exigidos no instrumento convocatório.

"Questionamento 7 – Qual a justificativa para exigência de certificado para o qual não há nenhum OCP acreditado?"

R.: A exigência visa comprovar a resistência de laminados decorativos contra agentes danosos. Tal comprovação não se vincula exclusivamente a um Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado, mas sim à demonstração técnica de que os requisitos da NBR correspondente foram atingidos.

A comprovação poderá ser realizada por meio de laudos de ensaio, declarações técnicas do fabricante ou outros documentos idôneos, desde que demonstrem, de forma inequívoca, o atendimento aos requisitos estabelecidos na norma técnica correspondente.

"Questionamento 8 – O licitante deve apresentar laudo de ensaio para os 13 ensaios?"

R.: Esclarece-se que os laudos de ensaio serão exigidos apenas do licitante vencedor, como condição de comprovação da conformidade do produto ofertado antes da contratação, conforme facultado pelo art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

"Questionamento 9 – Qual o resultado mínimo, esperado pelo MAPA, para estes 13 ensaios?"

R.: O resultado mínimo esperado é a conformidade integral aos critérios de desempenho, segurança e durabilidade definidos nas normas técnicas aplicáveis a cada ensaio. Não se exige desempenho superior ao padrão normativo, mas o pleno atendimento ao patamar mínimo ali estabelecido.

"Questionamento 10 – Qual a justificativa técnica e o embasamento legal para restringir o laudo ergonômico emitido por ergonomista, exclusivamente aos associados da ABERGO?"

R.: Não há restrição de exclusividade. A menção à ABERGO possui caráter meramente referencial, em razão de sua reconhecida atuação técnica na área de ergonomia.

Poderão ser aceitos laudos ergonômicos emitidos por qualquer profissional legalmente habilitado, com competência técnica compatível, desde que o documento apresente metodologia adequada, fundamentação normativa e a devida responsabilidade técnica.

3.1. A manifestação técnica restringiu-se ao exame do mérito dos questionamentos, à luz do Termo de Referência, de seus anexos e dos normativos aplicáveis, não abrangendo aspectos relativos à tempestividade e legitimidade.

3.2. Da análise realizada, concluiu-se que as exigências constantes do Edital e de seus documentos técnicos encontram-se devidamente fundamentadas, não tendo sido identificadas ilegalidades, inconsistências técnicas, direcionamento ou restrição indevida à competitividade, estando o instrumento convocatório em conformidade com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Dessa forma, opina-se pelo indeferimento integral da impugnação apresentada, mantendo-se inalterados o Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, o Termo de Referência e os respectivos anexos.

Ante todo exposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação sugere o encaminhamento dos autos ao Pregoeiro responsável, para que proceda à decisão final quanto à impugnação, bem como adote as providências necessárias à ciência da empresa impugnante, nos termos do edital e da legislação vigente.

Em face do exposto e considerando que a EPC possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, **ACOLHO** a manifestação da EPC contida na Nota Técnica 26 (SEI nº [50354558](#)) e, no mérito, **INDEFIRO** o pedido de impugnação (SEI nº [50226046](#) e [50228898](#)).

GIL WEBER BAIÃO

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026](#)

[1] LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

[2] Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

[...]

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

[3] Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

De: Felipe Dytz <felipedytz@gmail.com>

Enviado: quinta-feira, 5 de fevereiro de 2026 11:05

Para: LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

Cc: Andrea Buschmann <bdapoioempresarial@gmail.com>

Assunto: IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico 90002/2026

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de suspeita, informe imediatamente a ETIR/MAPA por meio do contato: etir@agro.gov.br.

Ministério da Agricultura e Pecuária - Sede (UASG: 130005)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

Ilmo. Sr. Pregoeiro do Ministério da Agricultura e Pecuária - Sede

Felipe de Moraes Dytz, pessoa física devidamente inscrita no CPF sob o nº 020.466.997-93, residente à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar sua IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico 90002/2026 que visa a Aquisição de mobiliário no intuito de atender as demandas de adequação dos espaços físicos ocupados pelo MAPA, MPA e MDA

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

No aguardo de vossa manifestação

Att

Felipe Dytz
BD Apoio Empresarial
(21) 99984-3868